

# Governo sugere medidas para atender alunos

**LUIZA DAMÉ**

Para atender à demanda de alunos na rede pública, o Ministério da Educação está orientando os estados e municípios a adotarem cinco medidas emergenciais, de forma a manter em sala de aula todas as crianças em idade escolar. Em telex enviado aos governadores e prefeitos das capitais, o ministro Murílio Hingel sugere a transformação de prédios ociosos em colégios, ampliação da rede com a utilização de escolas pré-fabricadas, compra de vagas dos estabelecimentos privados comunitários e filantrópicos, adoção do terceiro turno e do calendário rotativo.

Segundo o ministro, existe hoje no País cerca de 1,5 milhão de crianças em idade escolar (entre sete e 14 anos) fora de sala de aula. A situação, conforme Hingel, agrava-se ainda mais nas localidades onde são mais evidentes os problemas sociais. "O déficit é maior nas comunidades com renda inferior a dois salários mínimos, na zona rural e no Nordeste", explicou o ministro. Entre os colégios da área urbana a carência de vagas chega a 5% em média, enquanto na zona rural sobe para 15% — somente no primeiro grau.

De acordo com levantamento feito por técnicos do MEC, o quadro é mais preocupante em quatro estados e duas capitais. No Acre, a carência de vagas atinge 20%, deixando 20 mil crianças sem escola, no Maranhão são 245 mil crianças (20%), no Piauí, 117 mil (25%) e Ceará, 345 mil (20%). O governo cearense, no entanto, garantiu que nenhuma criança ficará sem escola e para isso serão utilizados os espaços ociosos e escolas volantes. Em Salvador, de um contingente de 600 mil em idade escolar, 100 mil não



**Hingel quer aumentar vagas**

são atendidos e em São Luís, 53 mil (30%).

Em contrapartida, no Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a situação é mais tranquila, já que esses estados estão trabalhando para atender à demanda. No Rio Grande do Sul, por exemplo, está o modelo de calendário rotativo proposto pelo MEC, que amplia em 50% a capacidade das escolas. Isso porque os estudantes são divididos em grupos que têm recesso em períodos diferentes. O ministro também sugeriu que seja feito revezamento da folga semanal, ampliando em 20% o total de vagas.

Hingel disse que em dezembro foram liberados Cr\$ 1 bilhão para estados e municípios, visando à ampliação da rede, aquisição de equipamentos, de material didático e capacitação profissional. Até fevereiro será liberado mais Cr\$ 1,2 trilhão do salário-educação, ainda remanescentes de 92.